

STJ00111518

**CRISTIANO
CHAVES
DE FARIAS**

**CONRADO
PAULINO
DA ROSA**

TEORIA GERAL DO AFETO

2ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

2021

 **EDITORA**
jus **PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



1189517

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Maitê Coelho / Cendi Coelho

Imagem de Capa: Fedor Sidorov / Shutterstock.com

Designer de gráficos do Livro: Pamela May

F224t Farias, Cristiano Chaves de.
Teoria Geral do Afeto / Cristiano Chaves de Farias, Conrado Paulino da Rosa – 2. ed.
rev., atual. e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
400 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-454-5.

1. Direito de Família. 2. Direito Civil. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosa, Conrado Paulino da. III. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

**Apresentação da teoria geral do afeto:
à guisa de preâmbulo (considerações introdutórias).....** 15

CAPÍTULO 1

**A construção de uma teoria geral do afeto como
elemento do Direito das Famílias** 31

- 1.1. O afeto nas relações humanas e nas relações jurídicas: um signo com diferentes significados..... 32
- 1.2. Afeto, afetividade e amor nas relações jurídicas como centro gravitacional do Direito das Famílias..... 45
- 1.3. As normas jurídicas e as relações familiaristas: as regras e os princípios do Direito das Famílias
- 1.4. A utilização da afetividade como *obiter dictum* e a inexistência de reconhecimento de sua natureza principiológica pelos tribunais superiores..... 108

1.5. Por uma teoria geral do afeto: a afetividade como um postulado (ou princípio geral) e não como um princípio fundamental do Direito das Famílias e as vantagens de um correto enquadramento	123
1.6. O conteúdo jurídico mínimo (núcleo duro) do postulado da afetividade: um elemento para a promoção da ética da alteridade nas relações familiares.....	153
1.7. Exemplos de correta aplicação do afeto como valor jurídico estruturante (postulado) das relações familiares pelas Cortes Superiores	165
1.8. A aplicação da proposta de Ronald Dworkin para o julgamento de <i>hard cases</i> e de <i>easy cases</i> nos litígios familiaristas à luz do postulado da afetividade.....	172
1.9. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	179

CAPÍTULO 2

O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares patrimoniais e nas questões sucessórias	191
Preâmbulo ao Capítulo 2.....	192
2.1. A indenização por abandono afetivo compreendida em perspectiva ética (postulado da afetividade).....	192
2.1.1 A incidência dos instrumentos da responsabilidade civil nas relações familiares	192
2.1.2. Ato ilícito e responsabilidade subjetiva nas relações de família	196
2.1.3. Abandono afetivo <i>versus</i> violação do dever de cuidado: aplicação da norma a partir da estrutura do postulado da afetividade	199
2.1.4. A competência para processar e julgar o pedido indenizatório e a prescrição	206

2.2.	A separação de fato e a cessação dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável: interpretação das normas legais a partir da estrutura da afetividade	209
2.2.1.	A tutela jurídica da confiança aplicável nas relações de família à luz da afetividade.....	209
2.2.2.	A não comunhão dos bens adquiridos após a separação de fato como resultado de interpretação conforme o postulado da afetividade	212
2.2.3.	A questão da aquisição de bens após a separação de fato com sub-rogação de patrimônio adquirido na constância da relação e o uso do método <i>distinguishing</i>	221
2.2.4.	A relevância da definição do momento da separação de fato para a partilha de bens, a teoria da carga dinâmica do processo e o eventual cabimento de agravo de instrumento	224
2.2.5.	A exclusão sucessória interpretada à luz do postulado da afetividade	227
2.3.	A interpretação da obrigação alimentícia à luz do postulado da afetividade	240
2.3.1.	A obrigação alimentar no sistema jurídico brasileiro.....	240
2.3.2.	Postulado da afetividade como meio interpretativo para a estipulação da obrigação alimentar	240
2.3.2.1.	Alimentos voluntários	243
2.3.2.2.	Os alimentos em favor de enteados	245
2.3.3.	O afastamento da obrigação alimentar compreendido à luz do postulado da afetividade	250
2.3.3.1.	A relativização da reciprocidade alimentar	250
2.3.3.2.	A indignidade no direito aos alimentos.....	253
2.3.3.3.	A culpa pode apresentar consequências nos alimentos decorrentes das dissoluções afetivas? Uma proposta de interpretação à luz do postulado da afetividade.....	265
2.3.3.4.	Liberdade <i>versus</i> culpa: a responsabilidade pelas escolhas realizadas durante a vida	272

CAPÍTULO 3

O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares existenciais	281
Preâmbulo ao Capítulo 3	282
3.1. O cabimento de adoção póstuma à luz do postulado da afetividade	282
3.2. A possibilidade de acréscimo de sobrenome de padraсто/ madraста à luz do postulado da afetividade	293
3.3. A convivência entre pais e filhos à luz do postulado da afetividade	305
3.4. O abandono digital: a responsabilidade dos pais em versão 4.0 à luz do postulado da afetividade	318
3.5. A compreensão do desafeto no contexto das dissoluções de casamentos e de uniões estáveis	332
3.5.1. Um olhar interdisciplinar sobre os relacionamentos na contemporaneidade	332
3.5.2. O divórcio concedido liminarmente (em provimento jurisdicional inicial) como interpretação da norma à luz do postulado da afetividade	340
3.5.3. As ações indenizatórias decorrentes do final do relacionamento afetivo	344

CAPÍTULO 4

À guisa de arremate (para o infinito e além): o afeto como estrutura para a interpretação e aplicação das normas familiaristas (um postulado normativo aplicativo)	355
Referências	373